

*Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação da
Universidade do Porto*

Diário temático

*O Sistema educativo Português
-percursos da educação e do currículo nas últimas três décadas*

Teoria e Desenvolvimento do Currículo

Maria José Marques

Diário síntese

☞ O Sistema Educativo Português

- Percursos da educação e do currículo nas últimas três décadas.

Texto de apoio para esta aula: -

LEITE, C.(2003). “Sinais e percursos da educação e do currículo, em Portugal, nas últimas décadas”, Ir *Para uma escola curricularmente inteligente*, Porto: Ed. ASA, pp. 58-79.

A questão central a analisar será:

EDUCAÇÃO - Como se foi posicionando ao longo da História Educativa?
Iremos analisar as últimas três décadas.

Para um enquadramento histórico - temporal, podemos considerar o 25 de Abril como sendo de **ruptura com sistema de educação orientado por políticas centralistas**. O período de 1974 a 1986 como sendo dominado pela *instabilidade política e social*, correspondendo ao período dos Governos Provisórios, iniciando-se em 1976 um período chamado de *normalização* que culmina com a aprovação da Lei 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo) pela Assembleia da República. Sendo a LBSE 46/86, o marco de mudança no sistema educativo, até ao dia de hoje essa lei foi sofrendo diversas actualizações, das quais iremos mencionar algumas.

Como era o sistema educativo **antes do 25 de Abril?**



As regras eram rígidas e orientadas por políticas centralistas

✓ Relativamente ao papel do professor

Professor com um papel autoritário, é o detentor do saber e do poder, era a figura central na sala de aula, um bom executor, um bom comunicador, que tinha de ser claro na forma de comunicar o saber. O bom professor era aquele que conseguia transmitir a informação e conseguisse que os alunos reproduzissem os conhecimentos, aquilo que Paulo Freire denominou de “educação bancária”.

“Um bom Professor, e uma boa professora, era aquele/a que conseguia despertar a atenção dos alunos para os conteúdos do programa, que exponha e explicava os assuntos num discurso e numa lógica que fosse passível de ser compreendida pelos alunos e que estimulasse ao cumprimento de um certo número de tarefas que ajudassem à aquisição e compreensão desses conteúdos.” (LEITE, C.2003:59) Os alunos eram preparados para uma memorização de saberes, para reter ordens, normas recomendações, mas também não era descurada a disciplina, a obediência e o espírito de trabalho. A instrução tende a ser magistral e a cultura transmite-se compulsivamente. A relação é a de superior - adulto que ensina a inferior - aluno que aprende mediante a instrução, em clima de forte disciplina, ordem, silêncio, atenção e obediência em relação aos valores vigentes. Os programas são centralizados.

✓ Relativamente ao Currículo

Segundo a mesma autora, **o currículo** era visto da seguinte forma “o currículo limitava – se ao conjunto das matérias a ensinar e à estrutura organizativa dessa transmissão” (LEITE, C. 2003: 60).

O **currículo** era um conjunto de disciplinas estanques, não havendo entre elas lugar à interdisciplinaridade. Eram compostas por conteúdos pensados nas lógicas das disciplinas e integradas no programa. Não havia qualquer espécie de autonomia.

✓ **Relativamente ao papel da escola**

Carlinda Leite, ainda nos diz que “ Quanto ao papel da escola, o discurso que circulava entre os professores, mas também na sociedade civil, apontava claramente para a transmissão de saberes e para a preparação para a vida futura (entendendo o futuro como igual ao presente)” (LEITE; C.2003:60).

A escola era vista como transmissora de instrução. A escola era um estado de transmissão de conhecimentos válidos absolutos, a chamada cultura padrão conhecimento como único, era aquele que a escola veiculava e tinha responsabilidade de veicular. Neste período estava em grande força a ideia de que o aluno era alguém que estava pronto a ser preenchido, “enchido”.

A avaliação era feita por testes e exames, era uma avaliação sumativa, porque era baseada em testes estandardizados, testes iguais para todos e tinha como finalidade avaliar quantitativamente conhecimentos cognitivos ministrados.

Este modelo de ensino-aprendizagem apelava para determinadas práticas pedagógicas, nomeadamente a memorização.

Esta memória que de acordo com Perez Gomez denomina-se de **memória episódica**, uma vez que é uma memória que evoca, que serve para memorizar saberes episódicos, “tenho um teste, deposito o que sei e logo a seguir esqueço e não utilizo esse saber fora do contexto fora da escola” Por oposição a esta memória temos a **memória semântica** que

pressupõe a compreensão de episódios que vão para além do contexto de estudar, que permite em contextos diversos mobilizar saberes que não são apenas da escola.

A Ideologia da meritocracia, que era a que vigorava antes do 25 de Abril, servia e justificava a escola como reprodutora de classes. Só tinha sucesso escolar e progredia academicamente quem fosse das classes mais favorecidas. Se esta afirmação era válida, estava implícita a explicação para o insucesso, ou seja, este devia-se apenas à diferença entre as classes sociais de partida.

Tal como Carlinda Leite refere “ ignora os diferentes pontos de partida dos alunos, e que influencia, como hoje se conhece, os processos de sucesso escolar (Leite, 1996:9), serviria para justificar os maus resultados dos alunos pertencentes a grupos culturais e sociais pouco familiarizados com os discursos e as regras da escola.” (LEITE, C.2003:61).

É esta teoria que justifica o insucesso escolar até mais ao menos finais dos anos 80/ 90. Só quando se toma a **escola**, a **organização escolar**, como objecto de estudo, como ela funcionava, é que começam a perceber de que há um conjunto de factores que interferem no insucesso escolar.

Falando um pouco da minha experiência pessoal, considerando que frequentei a escola primária em 1968/1972, posso afirmar que aprendi essencialmente, memorizando, que na realidade víamos o professor como o detentor de todo o saber, que não nos atrevíamos a questionar. Era exercida dentro da sala de aula uma certa autoridade materializada algumas vezes nas reguadas. Nem todos os alunos tinham possibilidade de prosseguir estudos, porque éramos de meio rural pobre e só alguns, filhos de comerciantes prosseguiam. Talvez esta seja também a confirmação para a escola como reprodução de classes e também aqui esteja presente o “pseudo” insucesso que não era mais do que o abandono da escola para ajudar na sobrevivência da família. (experiência da Maria José).

Eu, Sidónia, não irei dar o meu testemunho, mas sim contar uma experiência da minha mãe. Oriunda de meios rurais e com poucas possibilidades económicas, esteve na eminência de desistir na 2ª classe, porque tinha que ajudar a família, quando a professora apercebendo-se da

vontade da minha mãe em prosseguir, a acolheu em sua casa, possibilitando deste modo a obtenção da 4ª classe. Este caso, poderá ser considerado exceção e uma oportunidade de sucesso, não por mérito do sistema, mas sim pela bondade de uma professora.

Como era o sistema educativo **Pós 25 de Abril?**



O Pós 25 de Abril de 1974 foi a todos os níveis um marco inegável na histórica portuguesa. O fim de uma ditadura, de um dado modelo económico, a abertura do país ao mundo, as mudanças de atitude e de pensar o sistema educativo são o nascer de um Portugal novo que se encontrava em termos de educação depauperado, com uma população analfabeta e muito atrasado em relação à Europa.

No plano educativo as mudanças foram inúmeras, entre elas destacamos a própria expansão de todo o sistema. Há de facto uma preocupação muito grande em mudar a política educativa. São tentativas de inverter o papel da escola da reprodução das desigualdades sociais, que se inscrevem no desenvolvimento de um modelo de escola democrática. A população portuguesa nesta época estava muito descolarizada.

Foram criados planos de formação de adultos, programa emanado pelo Ministério da Educação.

Criaram-se também as “forças vivas” que eram o símbolo da vontade e da consciência do povo, que se materializou em escolas nocturnas, em paralelo à dita escola normal. Estava criada a educação comunitária que dava à escola a força do povo, ganhando o escola um papel crucial.

Começa a emergir uma **escola de igualdade de oportunidades** – uma escola para todos, tanto a nível de *acesso* como de *sucesso*. Nesta altura, na nossa opinião estão criadas as condições de sucesso, porque é tida em consideração a heterogeneidade de alunos que acedem e há uma preocupação no repensar os métodos de ensino, “quando a atenção e diversidade dos diversos alunos eram tidas em conta apenas para servirem de ponto de partida para a escolha dos procedimentos mais adequados à aprendizagem e à aculturação desses alunos, ou seja, para se encontrarem

os meios mais eficientes para se atingir a eficácia. A lógica continua a ser a da homogeneização de saberes e de inclusão da cultura – padrão, mas destinada, agora, a todos e não apenas a elites sociais.” (LEITE, C. 2003:65).

A Década de 1976 – 1986, compreende um conjunto de grandes modificações que, de alguma forma acabariam por ficar consagradas quando da aprovação da lei 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo). Esta Lei de Bases coincide com a adesão de Portugal à C.E.E. o que faz a que se acredite que estão criadas as condições do progresso e sucesso do sistema educativo, antevendo-se um longo processo de normalização. As “grandes modificações” terão sido, segundo Grilo, Eduardo. Art.cit.,p.409.

1. A massificação e a democratização do sistema educativo;
2. A consolidação da escolaridade obrigatória para 6 anos;
3. As modificações operadas no ensino secundário e a diversificação da formação profissional;
4. A expansão e diversificação do ensino superior;
5. As modificações dos esquemas de formação de professores;
6. O alargamento dos esquemas de educação de adultos;
7. O lançamento do ensino especial.

Esta Lei, tem como matriz os valores e os princípios definidos no texto constitucional, que consagra o direito à educação e ao ensino como um direito fundamental de todos os cidadãos, é desejável possa e viria a representar, pelo seu conteúdo actualista, um objectivo nacional com o qual muitos cidadãos, aí incluída a comunidade educativa, se possam identificar e uma referência impulsionadora nas mudanças que no sistema de educação e formação português, é forçoso operar.” ([www.fen](http://www.fen.pt). Prof.pt).

Um relatório elaborado por volta de 1987 pela OCDE questionou os programas escolares, se estariam adoptados à realidade, isto tendo em conta

os resultados de insucesso escolar de o relatório dava conta. Fez-se um diagnóstico à qualidade do sistema educativo português e a par deste questionamento e da própria lei deu-se a reforma do sistema educativo – a 1ª, em 89, Decreto-lei nº286/89, de 29 de Agosto. Segundo Carlinda Leite, não se pode esquecer ainda que devido a grandes taxas de insucesso escolar se tentou o seguinte” É de 1987, recorde-se, o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso escolar (PIPSE), mas a semelhança de outras medidas que ocorreram nessa época, centrou – se mais nos aspectos técnicos e didáticos do que nos aspectos estruturais.” (LEITE, C. 2003:78)

A reforma curricular de 1989 (Dec. Lei nº 286/89) ([www. Netprof. pt](http://www.Netprof.pt))

Foi, feita como uma sequência a publicação da Lei de Bases do sistema educativo, foram feitas assim alterações a nível do ensino básico e do secundário com os seguintes objectivos:

- ✓ Combate ao insucesso escolar, nomeadamente aquele que era resultante do abandono escolar.

- ✓ A avaliação passa a ser formativa de modo que se possa estimular os alunos a apreenderem e serem mais auto confiante.

- ✓ Criação de cursos tecnológicos e de cursos profissionais, passando então o sistema de ensino a ter três vias: a profissional, a técnica, a profissional e a de ensino vocacional.

- ✓Criação de uma nova área curricular a área – escola, tal como já referimos anteriormente.

- ✓Criação de uma área de formação pessoal e social, tendo em vista um trajecto de inserir o sujeito na cidadania.

Segundo Carlinda Leite, “ um estudo realizado em 1987, no quadro da Comissão encarregada de delinear a Reforma do Sistema Educativo Português (CRSE), identificou como sendo os dois principais pontos críticos do sistema a “ fuga à escolaridade” e o “insucesso escolar”. Os desejos colocavam –se assim que, perante a situação de crise do sistema, incapaz de responder aos ideais democráticos do final dos anos 70, a própria opinião pública tenha criado as condições para uma Reforma Educativa, isto é, tenha legitimado o governo a assumir-se como reformador e protagonista de um conjunto de medidas legislativas para a instruírem.” (LEITE, C. 2003:75).

Tentava-se assim um combate ao insucesso escolar, principalmente o resultante do abandono escolar antes da obrigatoriedade escolar. Neste sentido, declarou-se que a avaliação devia ser formativa, pois só esta favorecia a autoconfiança dos alunos.

Reforçou-se as estruturas de apoio educativo, tendo como objectivo equilibrar a diversidade de ritmos e capacidades dos alunos; Diversificou-se as componentes formativas, em várias dimensões, de forma a corresponder aos interesses dos alunos, sem esquecer o prosseguimento dos estudos.

Segundo Carlinda Leite, “ no princípio dos anos 80, as questões de multiculturalidade e currículo continuavam ausentes e o que prevalecia na explicação do sucesso ou do insucesso escolares, era a teoria do handicap sociocultural (depois de, nos anos 60, ter persistido a do quociente intelectual). Os programas que existiram, nesse final dos anos 80, focalizaram – se na promoção do sucesso dos alunos tradicionalmente mais afectados pelo insucesso escolar” (LEITE, C. 2003: 78).

✓ **Relativamente ao Currículo**

Introduz-se então uma nova concepção de currículo, nasce **o projecto educativo**.

O projecto educativo é entendido, ao nível da educação como uma:

✓ Uma atenção à diversificação de oferta e da articulação entre as escolas e o meio.

- ✓ Uma concepção de democracia participativa.
- ✓ Uma forma de colocar em prática o princípio da liberdade de ensino.
- ✓ Uma forma de orientar a consecução dos objectivos definidos como prioritários.

Por outro lado, introduz-se a ideia de que os programas não se podem fechar em disciplinas clássicas. Nasce a ideia, da concepção da interdisciplinaridade – nasce a **área escola**. Mas, tudo isto só de ponto de vista teórico. Cria-se a **área escola**, e foi nessa altura que se criou as actividades extracurriculares, onde cabem a educação musical, o desporto, surgem também os clubes (que eram feitos aos sábados ao nas férias).

A **área escola** designava-se de “a área curricular, não disciplinar, de frequência obrigatória, que pretende atingir a concretização de saberes, a consolidação de conhecimentos através de actividades e projectos multidisciplinares, articulação entre a escola, o meio que a rodeia e o mundo do trabalho e ainda a formação pessoal e social dos alunos.” (Decreto – lei nº 286/89, de 29 de Agosto; “As cábulas para este ano” – Revista Adolescentes)

A criação de uma nova área de inovação curricular – a **Área – escola** – é destinada a fomentar as práticas de interdisciplinaridade entre os professores, na realização de projectos em comum, por iniciativa dos alunos. Todo o currículo foi, explicitamente concebido, de forma a estimular projectos interdisciplinares.



Nos anos 90 aparece a Área projecto – é entendida como uma área interdisciplinar (com espaço para diferentes saberes). Visa a “concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares em torno de problemas ou temas de pesquisas ou de intervenção, de acordo com as necessidades e interesses dos alunos.” (decreto de lei nº 6/2001).

Criam-se os blocos de aulas de 90 minutos. Teoricamente, o professor deverá ter um tempo para expor a matéria outro destinado a actividades de grupo com os alunos. Mas, tal como é sabido esta não é uma prática corrente, o que no nosso entender descaracteriza os propósitos destas aulas, tornando-as maçadas e aborrecidas tanto para alunos como para professores.

Os ideais de obtenção de sucesso ainda hoje se proclamam. Os governantes têm de ter atenção às diferentes situações.

É também nos **anos 90**, que aparecem programas de compensação educativa (a ideia subjacente a isto é aproximar aqueles que não tem uma cultura padrão). A isto denomina-se enculturação - enriquece aquilo que está mais próximo, por oposição a aculturação- os alunos que estão mais próximos da cultura padrão.

Segundo Carlinda Leite, “ É relativamente consensual, hoje, o princípio de que a escola é para todos e que nela conviviam crianças e jovens pertencentes a grupos diferentes. Mas essa escolarização comum, e como já atrás sustentei, não é, por si só, garante de uma comunicação intercultural. Para que a comunicação intercultural ocorra é necessário garantir a todos o direito a uma real participação.

“ Uma escola para todos” e em que todos são diferentes exige dos professores a capacidade e a flexibilidade para inovar na linha de um paradigma que proporcione o êxito e a mudança sem despersonalizar e acultural.” (LEITE, C. 2003:85)

Já em **1996**, criaram-se os **currículos alternativos** de forma a combater insucessos escolares e desintegrações sociais na escola.

Os **Currículos alternativos** dizem o seguinte:

“ Os currículos concebidos especificamente para um determinado grupo de alunos, com duas componentes: uma componente escolar e uma componente vocacional, pré - profissional, profissional e artística. Destinam - se a alunos com insucesso escolar repetido, em risco de abandono escolar, com problemas de integração e com dificuldades de aprendizagem. Estes currículos são concebidos, propostos e promovidos por escolas e outras

instituições educativas, após análise e parecer da direcção regional de Educação e homologação de Educação Básica.” (Despacho nº 22/ SEIE/96, de 19 de Junho.

Início século XXI

Que princípios marcam a política educativa de hoje?

∞ Igualdade de oportunidade

∞ Justiça social

∞-igualdade de sucesso

Actualmente, podemos dizer que há uma preocupação com a Educação, quer no plano nacional, quer numa tentativa de uniformização coma a Europa, como verificamos ao citar Roberto Carneiro num congresso (Centro de Congressos de Lisboa), realizado 4 de Dezembro de 2003.

- “Atingir a máxima qualidade na educação e na formação e assegurar que a Europa seja reconhecida, à escala mundial, como uma referência pela qualidade e relevância dos seus sistemas e instituições de educação e formação.
- Garantir que os sistemas de educação e de formação na Europa sejam suficientemente compatíveis para permitir que os cidadãos transitem de um sistema para outro e tirem partido da sua diversidade.
- Assegurar que os detentores de qualificações, conhecimentos e competências adquiridos em qualquer parte da UE tenham a oportunidade de obter o seu reconhecimento efectivo em todos os Estados-Membros para efeitos de carreira e de prosseguimento da aprendizagem.
- Garantir que os europeus de todas as idades tenham acesso à aprendizagem ao longo da vida.
- Abrir a Europa à cooperação, reciprocamente benéfica, com todas as outras regiões e assegurar que ela seja o destino preferido dos estudantes, académicos e investigadores de outras regiões do mundo.”

Preocupação com Educação inclusiva

A Ideologia de escola de inclusão – é uma ideia do reconhecimento de diferentes culturas valorizando-as, sendo diferente da escola com a ideologia de integração, na qual só há integração sem valorização.

Pensamos que um dos principais desafios passa por entender o destino comum das crianças e dos jovens no mundo e perceber que existem hoje instrumentos que nos permitem trabalhar com esse difícil destino comum.

Estas preocupações também estão presentes nos Decretos-Lei nr. 6/2001 e nr.156/2003, que defendem a Ideologia da escola de inclusão.

O decreto nº 6 /2001, de 18 de Janeiro – Regulamento para o ensino básico.

Este é entendido como um objectivo estratégico tendo como finalidade garantir uma educação de base para todos, estendendo – se a um processo de educação e formação longo de toda a vida. É uma reorganização do currículo do ensino básico, no sentido de reforçar a articulação os restantes três ciclos que compõem a escolaridade obrigatória.

O decreto nº 156/2003 – Regulamento para o ensino Secundário.

Em conclusão...

É curioso e interessante fazer esta retrospectiva, porque independentemente da contextualização histórica, na nossa opinião a escola é “um sistema vivo” que se articula com diferentes sistemas de acção que a modelam e legitimam (a começar pelo Estado, o poder legislativo, executivo e judicial, passando pelo mercado de trabalho, as empresas, a protecção social, as associações de pais, profissionais e alunos).

Portanto, a escola é legitimada pelo poder político e pelo jogo das relações sociais que, em cada época, lhe impõem determinadas missões ou finalidades, valores, regras e normas, não obstante a autonomia relativa da relação pedagógica.

Na nossa opinião a salvaguarda dos interesses da Educação está na motivação dos profissionais e alunos.

Bibliografia:

Livros consultados:

LEITE, C.(2003). “Sinais e percursos da educação e do currículo, em Portugal, nas últimas décadas”, In *Para uma escola curricularmente inteligente*, Porto: Ed. ASA, pp. 58-79.

Artigos consultados:

Grilo, Eduardo. Art. Cit.p.409

Revistas consultadas:

“ As cábulas para este ano – Revista Adolescentes”

Sites consultados:

www.fen.prof.pt

www.netprof.pt

Decretos de lei consultados:

Lei de bases do sistema educativo nº 46/86

Decreto de lei nº286/89, de 29 de Agosto

Decreto de lei nº 22/ SEIE/ 96 de 19 de Junho

Decreto de lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro.

Decreto de Lei nº 156/2003

